

Educar para a cidadania

JÚLIO CÉSAR
PEREIRA MONERAT *

As políticas educacionais no Brasil têm se pautado, na grande maioria dos casos, por um descaso pelos interesses populares. Evasão escolar, aumento de analfabetismo, escolas em condições precárias, má remuneração dos professores, baixa qualidade de ensino são aspectos que, apesar de não constarem nos programas educativos, caracterizam a pouca importância atribuída à educação. Uma situação em franca contradição com a pretensão de atingir a modernidade, tão em voga nos mais diversos pronunciamentos e discursos de autoridades políticas.

O Brasil, por suas dimensões, é um país marcado por diferenças regionais e culturais. Os problemas que afetam o cotidiano do nordestino são diferentes daqueles capazes de tirar o sono dos gaúchos. E não é necessária nenhuma capacidade intelectual fora do comum para se deduzir que problemas diferentes demandam soluções diferenciadas. Mas o que se mostra tão claro aqui parece não sé-lo para grande parte dos políticos brasileiros, que teimam em insistir nas soluções centralizadas, escondidas da pressão popular em meio a intrincadas teias da burocracia. Um centralismo com graves consequências para a própria educação e para toda sociedade. Para a educação porque assiste à queda da qualidade de ensino; para a sociedade porque, carente de cidadãos capazes de uma participação consciente na vida política, fica privada de soluções apontadas por aqueles que vi-

venciam os problemas. Enquanto relega a educação a um plano inferior, as forças políticas centralizadoras reforçam o poder.

Sendo um país que almeja tornar-se moderno, à primeira vista poderia parecer que o Brasil devesse valorizar a educação que priorisasse a capacitação de uma mão-de-obra mais qualificada. Entretanto esta visão revelar-se-ia limitada em seu alcance prático ao constatarmos que a sociedade brasileira, mais que profissionais, precisa de cidadãos. Serão estes que indicarão alternativas e propostas para a construção de uma nação baseada nos princípios da igualdade com diversidade, da liberdade com solidariedade, verdadeiros indícios de modernidade.

A cidadania deve ser entendida como a capacidade de participar de maneira ativa e consciente da definição dos rumos a serem seguidos pela comunidade ou país do qual o cidadão faz parte. Não se resume ao direito de escolher entre as velhas caras de uma nova eleição um ou outro candidato. O exercício da cidadania supõe, porém, determinado nível de conhecimento com relação à realidade em que se pretende atuar, sob pena de cairmos no voluntarismo. Conhecer para participar é uma verdade axiológica deste processo, sendo também verdadeira sua recíproca na medida em que não há conhecimento desvinculado da prática. A função de uma escola democrática deve ser, portanto, capacitar o educando de um conhecimento, de um instrumental, que o torne apto a uma participação cons-

ciente na vida política, ou seja, a escola deve fomentar o surgimento de cidadãos.

A reformulação da prática educacional no Brasil deve ser capaz de envolver, já no processo de sua elaboração, as comunidades, eliminando logo a princípio os vícios do centralismo. É justamente esta relação escola-comunidade que deve ser prioritariamente reformulada. Até os dias de hoje esta relação, materializada no relacionamento educador-educando tem se orientado pelas mais diferentes formas de autoritarismo, caracterizando a chamada educação bancária, onde o professor, que tudo sabe, é o pólo ativo da relação e o aluno, que nada sabe, o pólo passivo. Neste processo não há lugar para o conhecimento que o aluno traz consigo, não há lugar para um conhecimento voltado à realidade do educando. Na verdade não ocorre a produção de um conhecimento que nasça a partir e junto da experiência do aluno. Acontece, isto sim, a transmissão de um saber carcomido que um pouco ou nada diz com referência às questões cotidianas.

Para que a escola passe realmente a formar cidadãos urge, portanto além da ampliação de vagas e condições de permanência na escola, da assistência alimentar e de saúde, valorizar a educação integral, capaz de tornar o educando apto a apontar alternativas para a sua comunidade e país, enfim, de atuar politicamente consciente de seu papel histórico.